

Custos e ganhos na rota das emissões zero de carbono

LEVY, Joaquim: “Custos e ganhos na rota das emissões zero de carbono”. Valor Econômico. São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

O entendimento dos custos do aumento da temperatura global e das mudanças climáticas associadas tem crescido nos últimos dois anos. Na esteira da rede criada por numerosos bancos centrais para tornar o sistema financeiro mais verde, o Banco Internacional de Compensações (BIS) publicou recentemente um relatório discutindo os riscos que mudanças climáticas trazem para a estabilidade financeira.

O setor financeiro se prepara, assim, para a reprecificação de ativos vulneráveis a essas mudanças, e para realocar seus recursos em favor de empresas menos suscetíveis a riscos físicos ou regulatórios associados à mudança climática e à transição para formas de produção menos intensas em emissões de gases de efeito de estufa (GEE), notadamente o gás carbônico. Sob essa pressão do setor financeiro, as empresas estão se movimentando para reduzir suas emissões de GEE e desenvolver novas tecnologias com esse objetivo. E os governos estão se preparando para enfrentar uma transição frequentemente difícil.

O Brasil se encontra em posição privilegiada nessa arena. Nosso problema de emissões de GEE não se dá por necessidade existencial ou econômica, mas por complacência com práticas que contribuem muito pouco para o crescimento econômico ou distribuição da renda. Quase dois terços das nossas emissões de GEE estão associadas a setores que contribuem com talvez 1% do PIB, sendo proporção substancial delas devidas ao desmatamento ilegal.

Excluído o desmatamento e a pecuária extensiva onde ela degrada o solo e a floresta, as nossas emissões são pequenas em relação ao PIB - tornando o setor produtivo do Brasil mais limpo do que o da maior parte dos países, apesar de irmos aumentando o uso de derivados de petróleo no transporte. Mais de 40% da nossa energia tem origem renovável, contra menos de 20% na maior parte do mundo. Nós não temos uma dependência ao carvão, que alimenta 80% da geração elétrica na Índia, 65% na China, e 37% nos Estados Unidos. Ao contrário, temos grande potencial de expansão da geração eólica e solar com custos competitivos. E temos alternativas para reduzir a dependência da gasolina e do diesel, que vem pesando na balança comercial.

Enquanto a eletrificação não chega, basta expandir o uso do etanol da cana-de-açúcar e do biodiesel de óleo de dendê, cujos preços se comparam aos dos derivados de petróleo. O que torna nosso caminho para emissões zero fácil comparado à maior parte dos países.

A ironia é que corremos o risco de perder essas vantagens ao não valorizá-las ou percebermos bem que os investimentos de baixo carbono estão cada vez mais baratos e produtivos. Ou seja, por falta de estratégia não nos posicionamos como o país que produz bens com baixo teor de carbono em um mundo que valoriza isso. E tampouco focamos em expandir nossa economia alinhados com o objetivo de alcançarmos emissões líquidas zero de carbono de forma competitiva.

A atratividade de investimentos de baixo carbono não é retórica. Ela tem uma expressão muito clara na métrica do chamado “custo do abatimento de emissões”, ou seja o quanto custa reduzir a pegada de carbono em cada setor. Essa métrica é bem conhecida, até

pelo excelente trabalho conduzido por vários grupos nos últimos dez anos, notadamente aquele da UFRJ liderado pelo professor Emilio La Rovere (Projeto IES-Brasil 2050), que computou esses custos de abatimento como parte de um plano para se chegar à neutralidade de carbono¹. E o que diz esse cálculo? Ele diz que investimentos de baixo carbono aumentariam a produtividade de numerosos setores, pagando-se com folga. Esse padrão é encontrado na recuperação das pastagens, na expansão das florestas comerciais e no investimento em eficiência energética, assim como nas energias renováveis.

Nesses e em outros casos, o investimento de baixo carbono, ainda que às vezes um pouco mais caro que o convencional, paga-se pela economia em insumos, manutenção etc. Então, por que a relutância das empresas em fazer esses investimentos? Em alguns casos porque elas enfrentam restrições de crédito. Em muitos, porque elas têm poder de mercado e não precisam ser mais eficientes. Esses são obstáculos superáveis quando a taxa de juros brasileira caiu substancialmente, e o governo tem como tirar algumas empresas da zona de conforto, estabelecendo metas de eficiência para alguns anos a frente, no que é uma prática comum em países capitalistas que procuram manter a competitividade da sua economia.

No trabalho da equipe do prof. La Rovere, há um interessantíssimo exercício da sensibilidade dos custos de abatimento de emissões à queda dos juros. Quando o juro real cai de 8% para 4%, o número de setores em que opções de baixo carbono são lucrativas aumenta ainda mais. Assim, a atual queda dos juros é uma grande oportunidade para focar no investimento de baixo carbono, favorecendo a retomada da economia e a tornando mais resiliente.

A sinalização de apoio ao investimento em baixo carbono atrairá o capital alerta, nacional e estrangeiro, como já evidenciado pela afluência do capital internacional para as energias renováveis no Brasil.

Além de ajudar as reformas microeconômicas a despertar a economia, o foco no baixo carbono pode ajudar o país nesse momento em que o mundo se prepara para revisar os compromissos determinados por cada país no Acordo de Paris (as NDCs). Nessa conjuntura, o Brasil precisa analisar o atraso na execução dos compromissos de reflorestamento e na agricultura adotados em 2015. Atraso ocorrido apesar da identificação de importantes áreas em regeneração natural na Amazônia e do tremendo potencial dessa forma de restauração na Mata Atlântica, assim como dos 18 milhões de hectares de áreas degradadas no Cerrado aptos a serem usados para a soja e outras culturas sem necessidade de desmatamento.

Mas devemos principalmente focar em como fortalecer nossa vantagem competitiva com uma indústria e serviços de baixo carbono, com opções inteligentes e financiáveis em um mundo com excesso de poupança. O que inclui definir usos eficientes para o gás natural associado ao petróleo do pré-sal. Esse gás, sendo barato, baixa ou torna negativo o custo de abatimento de emissões em setores chaves como dos plásticos, cimento e aço. Nesse último, o gás natural representa apenas 10% da energia usada pelo setor. Seu uso na geração de eletricidade em alto mar, com a reinjeção nos próprios campos produtores do gás carbônico associado à sua extração e queima, seria um caso de energia limpa a partir do gás natural e captura de carbono, que pode ser tornar exemplo para o mundo.

Há muita gente com talento, conhecimento e disposta a ir nessa direção no Brasil. Precisamos dessa ambição para criar emprego e renda em um país que cresce preparado para as contingências do clima.

¹ Custos Setoriais de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil para um Cenário Global de 1,5°, em 2050, IES 50, UFRJ.